

**MERCADO DE TRABALHO E TERRITÓRIO:
AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE
CALÇADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

JULIANA EMY CARVALHO TANAKA¹

RESUMO:

Desde a reestruturação produtiva no setor calçadista durante as décadas de 1960 e 1970 na escala internacional, emerge a importância da mão-de-obra, especialmente aquelas abundantes e baratas, dos países em desenvolvimento como nova estratégia de competição global. Países como o Brasil, a Índia e a China, se inseriram na produção de calçados, bem como se tornaram líderes na competição global.

O Objetivo central deste artigo é delinear um panorama a respeito do mercado de trabalho na indústria calçadista das cidades de Birigui, Franca e Jaú, no Estado de São Paulo, levando em consideração a relação existente entre as variáveis: grau de instrução, gênero e remuneração, por porte de empresa dos empregos formais no setor.

PALAVRAS-CHAVE: indústria calçadista – relações de trabalho – vantagens competitivas

¹ Mestranda em Geografia pela UNESP, Rio Claro-SP.

1 – INTRODUÇÃO

A superação do modelo de acumulação fordista para o processo de transição à organização flexível, advinda da reestruturação produtiva e sócio-técnicas das empresas marcam concomitantemente com o processo de globalização a trajetória de um novo paradigma tecnológico, econômico atrelado cada vez mais à tecnologias da informação e comunicação.

O processo de produção e de trocas tem surgido com maior freqüência no debate geográfico, com ênfase nas relações entre o local e o global, especialmente como campos territoriais regulatórios, meios dotados de certo dinamismo endógeno sob o qual as características físicas, geográficas, humanas, institucionais e uma determinada atmosfera industrial (Benko, 2002) culminarão num processo de revalorização da região.

O território, desta forma, assume fundamental relevância, pois define o ambiente no qual se localizam as empresas bem como, se demonstra um elemento capaz de influenciar em sua capacidade de inovação e de desenvolvimento econômico (Lastres, Cassiolato, et. alii., 2004). Ainda o território propicia a articulação espacial e institucional de atores sociais, a fim de mobilizarem recursos e ativos genéricos e específicos, gerando desta forma um capital social que promova o incremento do processo produtivo (Benko e Pecqueur, 2001).

De acordo com Storper (1994), uma atividade pode ser tida como territorializada quando “sua efetivação econômica depende da localização e quando tal localização é específica do lugar, isto é, tem raízes não existentes em muitos espaços ou que não podem ser fácil ou rapidamente criados ou imitados nos locais que não os tem”.

É eminente na literatura especializada a denominação dessas aglomerações setoriais ou territórios produtivos, em: *distritos industriais*, *sistemas produtivos locais*, *sistemas locais de inovações*, *clusters*, entre outros. Termos estes que têm sido utilizados para denominar a significância das aglomerações industriais na competitividade e solidariedade das economias locais e regionais².

No que se refere à força de trabalho, face à reestruturação produtiva e organizacional nos arranjos produtivos, observa-se uma nova dinâmica do mercado de trabalho, na estrutura dos empregos, bem como no que se refere à qualificação da mão-de-obra no processo de desestruturação do trabalho rígido fordista frente ao

² Benko & Lipietz (1994); Benko (1996); Gilly & Pecqueur (2000); Scott (2001)

avanço de políticas de flexibilização do emprego. O avanço de novas relações no mundo do trabalho se deu sob diversas novas configurações de modernização sistêmica pós-fordista, como as negociações coletivas e das crescentes taxas de desemprego estrutural como consequência da flexibilização ocorrida no Brasil, especialmente na década de 1990.

Portanto, a diminuição do emprego local nas regiões de industrialização mais antigas e o surgimento de novos mercados locais de trabalho sob o enfoque da especialização produtiva acabam por demandar uma nova política de lugares, baseados nos novos processos flexíveis de produção, relações sociais entre empregado/empregador e na configuração espacial industrial (Benko, 2001).

Estas novas configurações no mundo do trabalho são abordadas neste artigo, com o enfoque na estrutura do mercado de trabalho, bem como a qualificação e especialização da mão de obra, no Arranjo Produtivo Local de Franca, Jaú e Birigui no Estado de São Paulo. O setor calçadista, parte das chamadas indústrias *tradicionais* que comumente são encontradas em aglomerações industriais em regiões fortemente especializadas e guardam etapas ainda densamente artesanais no processo de produção. Por essa característica artesanal, cunhada em conhecimentos tácitos historicamente construídos, bem como sua relação com algumas etapas altamente automatizadas, confere á este Arranjo características particulares no que tange o aprendizado, a estrutura e a qualificação da mão - de obra local.

2- METODOLOGIA DO TRABALHO

O método utilizado consistiu primeiramente no levantamento bibliográfico, no qual se encontram os aspectos teóricos e metodológicos que orientam a elaboração deste trabalho.

Posteriormente, utilizou-se a divisão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE do IBGE, nos município de Birigui, Franca e Jaú, no Estado de São Paulo, de acordo com o número de empregos (formais), de estabelecimentos, grau de instrução e gênero.

Tais informações se encontram na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/TEM) no ano de 2003.

De acordo com o IBGE, considerou-se o tamanho das empresas, de acordo com o número de vínculos obtidos, a saber:

- De 0 á 99 vínculos: empresa de pequeno porte;

- De 100 á 499 vínculos: empresa de médio porte;
- Com 500 ou mais vínculos: empresa de grande porte.

De acordo com a RAIS/MTE de 2003, optou-se pela utilização de classes de indústrias, com base nos dados por município (CNAE, 4 dígitos), para analisar o perfil da mão-de-obra.

Ressalta-se que a RAIS /TEM, trabalha com Cadastros em escala nacional, entretanto inclui apenas as relações contratuais formalizadas, ou seja, por meio de “carteira assinada”.

Já a CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas é a classificação usada no Sistema Estatístico Nacional e na Administração Pública, elaborada pelo IBGE. Serve para classificar as unidades de produção de acordo com a atividade que desenvolvem, em categorias definidas como segmentos homogêneos quanto à similaridade de funções produtivas (insumos, tecnologia, processos), características dos bens e serviços, finalidade de uso, etc. (IBGE, 2004).

Para a elaboração deste trabalho optou-se pela utilização da Divisão CNAE – 19: Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados.

Dentro da Divisão 19, utilizaram-se as Classes 19.1 (Curtimento e Outras Preparações do Couro); 19.2 (Fabricação de Artigos para Viagem e de Artefatos Diversos de Couro) e 19.3 (Fabricação de Calçados).

3- A IMPORTÂNCIA DO LOCAL, OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, VANTAGENS COMPETITIVAS.

A Importância do Local e as Aglomerações

O local se constitui como um subespaço ou subconjunto espacial, e envolvendo de algum modo de delimitação ou recorte territorial, que se expressa em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Dentro da concepção geográfica, pode ser tido como uma porção de espaço nas quais as pessoas habita conjuntamente (o que implica na idéia de co-presença), associada á idéia de localidade enquanto cenário físico da atividade social, com uma localização geográfica determinada. De acordo com Lastres & Cassiolato (2004), o conceito de local pode ser visto a partir da complementaridade de outras três dimensões á saber:

(i) sob a ótica mais econômica, espaço de realização de atividades técnico-científicas, produtivas, comerciais, financeiras e correlatas que podem

operar também em uma escala mais ampla; (ii) de uma perspectiva micro-sociológica, como espaço rotineiro de interação social, e macro-sociológica como espaço de conformação de estruturas sociais; (iii) do ponto de vista antropológico e cultural, corresponde a um sentido de lugar, através da identificação do sujeito com o espaço habitado. (apud, Agnew e Ducan, 1989; Giddens, 1991; Albagli, 1999).

As aglomerações industriais podem ser vistas como concentrações geográficas sob o qual o componente central é focado na proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais. Comumente, o termo economias de aglomeração é utilizado para designar as vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, bem como a inclusão o acesso de conhecimentos e capacitação, de mão-de-obra especializada, matérias-primas, etc. (Lastres & Cassiolato, 2004; Porter, 1999).

Para Porter (1999, p.212), os aglomerados se apresentam de diversas formas, entretanto guardando determinadas características, como expõe em:

“(...) Os aglomerados assumem diversa formas, dependendo de sua profundidade e sofisticação, mas a maioria inclui empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos. Os aglomerados geralmente também incluem empresas em setores a jusante (ou seja, distribuidores ou clientes), fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infra-estrutura especializada, instituições governamentais e outras, dedicadas ao treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico (como universidades, centros de altos estudos e prestadores de serviços de treinamento vocacional), e agências de normatização. Os órgãos governamentais seriam com influencia significativa sobre o aglomerado seriam também uma de suas partes integrantes. Finalmente, muitos aglomerados incluem associações comerciais e outras entidades associativas do setor privado, que apóiam seus participantes”.

Arranjos Produtivos Locais

O Serviço Brasileiro de Apoio a Média e Pequena Empresa - SEBRAE conceitua Arranjos Produtivos Locais como aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresenta vínculos e interdependência. Por meio desses vínculos,

origina-se um processo de aprendizagem que possibilita a introdução de inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade para as empresas integradas ao arranjo. A formação de APL encontra-se associada a trajetórias históricas de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES define APL como uma:

“Concentração geográfica de empresas e instituições que se relacionam em um setor particular. Inclui, em geral, fornecedores especializados, universidades, associações de classe, instituições governamentais e outras organizações que provém educação, informação, conhecimento e/ou apoio técnico e entretenimento” (BNDES, 2003, apud; Machado, 2003, p.2).

Vantagens Competitivas

Quanto às vantagens competitivas que um sistema de produção configurado enquanto aglomeração pode estabelecer, vemos em:

“(...) Os aglomerados influenciam a competição de três maneiras amplas: primeiro pelo aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; segundo, pelo fortalecimento da capacidade de inovação e, em conseqüência, pela elevação da produtividade; terceiro pelo estímulo á formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado. (Porter, 1999, p.225)”.

Os estudos sobre a importância dos aspectos locais como possível alternativa para o desenvolvimento econômico e de competitividade empresarial estão comumente associados às aglomerações setoriais e especialmente configuradas em Arranjos Produtivos Locais. Tal construção teórica e empírica tem ganhado destaque em estudos brasileiros, referentes, sobretudo às novas lógicas de organização espacial da produção industrial associadas com políticas de desenvolvimento local.

4- A INDÚSTRIA DE CALÇADOS

Panorama Internacional da Produção de Calçados

De acordo com Nery (2003), no pós-guerra, os países ditos desenvolvidos passam a priorizar setores da economia tidos como estratégicos ao padrão de

desenvolvimento industrial. Neste sentido, houve uma significativa queda na produção de alguns setores da economia, especialmente os tidos como “tradicionais” e que ainda guardavam muitas etapas artesanais nas suas fases de produção, como os têxteis, vestuário e especialmente os de calçados.

Desta forma, tais segmentos foram reorganizados no espaço industrial, sendo deslocados para locais que ofereciam principalmente vantagens em relação à mão-de-obra barata e abundante. Tal quadro se agrava principalmente na década de 1980, na qual os países avançados começam a diminuir sua participação nestes setores em detrimento do avanço da produção em países em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, entre outros, como demonstra a tabela abaixo. (REIS, 1996; VARGAS & ALIEVI, 2000; NERY, 2003).

TABELA 1: Maiores Produtores, Exportadores e Consumidores de Calçados em 2003 (em Pares).

PRODUTORES		EXPORTADORES		CONSUMIDORES	
PAÍS	EM MILHÕES	PAÍS	EM MILHÕES	PAÍS	EM MILHÕES
China	8.800,00	China	5.885,00	China	2.925,00
Índia	850	Hong Kong	744,6	EUA	2.129,20
Brasil	850	Vietnã	420,2	Índia	796,5
Indonésia	564	Itália	311	Japão	620
Vietnã	445,2	Brasil	212	Brasil	552

Fonte: MDIC / SECEX, IN: Abicalçados, 2006 (modificado).

A China, lidera tanto a produção de calçados, com cerca de 61% da produção de calçados mundiais, quanto as exportações e consumo com 63% e 21% respectivamente. Até o ano 2000, a China era responsável por cerca de 50% da produção mundial de calçados, o que equivalia à produção de 6,4 bilhões de pares/ano. Em três anos, a produção aumentou em 2,4 bilhões de pares/ano (ABICALÇADOS, 2006).

Através da tabela acima apresentada, notamos que não somente a China, mas outros países Asiáticos lideram as posições de produtores, exportadores e consumidores. Portanto, podemos notar um deslocamento do eixo produtor para os países Asiáticos, nos quais a Índia, Indonésia, Vietnã lideram a produção; Já Hong Kong é responsável pela reexportação, principalmente de calçados produzidos na China e entre os maiores consumidores o Japão se destaca na Ásia.

Já o caso da Itália (o quarto maior exportador mundial) se diferencia dos demais casos, pois os seus calçados estão associados à produção e exportação de

elevado valor agregado em contraste com os calçados chineses, por exemplo, que possuem reduzido valor agregado (FINEP, 2003).

Nos casos de Brasil, China e Índia, além de grandes produtores, são grandes consumidores, entretanto os calçados brasileiros, assim como os portugueses e espanhóis, por exemplo, ocupam uma faixa intermediária do mercado em que os produtos não atingem a sofisticação (e os preços) dos italianos, mas também não concorrem diretamente com o calçado chinês (FINEP, 2003).

Panorama da Indústria Brasileira de Calçados

A produção de calçados no Brasil tem adquirido extrema relevância nas últimas quatro décadas, proporcionando ao país o terceiro lugar entre os maiores produtores mundiais (seguido apenas da China e Índia) e um dos principais fabricantes de manufaturados de couro.

Sua produção distribui-se em territórios produtivos, altamente concentrados e especializados no território nacional. Destacam-se as aglomerações do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul especializado na produção de calçados femininos; o arranjo produtivo coureiro calçadista de Franca, em São Paulo, especializado em calçados masculinos de couro; Jaú, no Estado de São Paulo, especializado em calçados femininos; Birigui, no estado de São Paulo, especializado em calçados infantis e sintéticos.

Tal concentração geográfica da indústria de calçados favorece ganhos de produtividade, inovação, maior cooperação entre as empresas (como treinamento da mão-de-obra, prestação de serviços especializados e geração de informações), entre outras vantagens competitivas abordadas neste trabalho (Colletis e Pecqueur, 1993; Porter, 1999; Lastres & Cassiolato, 2003),

O parque calçadista brasileiro hoje contempla mais de 8,4 mil indústrias, que produzem aproximadamente 725 milhões de pares/ano, sendo que 189 milhões destes são destinados à exportação. Em 2004, cerca de 313 mil trabalhadores atuavam diretamente na indústria. Outro dado importante é que se refere à oferta de matéria-prima, maquinário e componentes, no qual se estima que haja cerca de 1500 indústrias de componente no Brasil, mais de 400 empresas especializadas no curtimento e acabamento do couro, processando anualmente mais de 30 milhões de peles e cerca de uma centena de fábricas de máquinas e equipamentos (Abicalçados, 2006).

O ingresso do Brasil no mercado externo deu-se na década de 1970, em decorrência do deslocamento da produção dos países desenvolvidos para os países

em desenvolvimento – devido á oferta de melhores condições produtivas e mão-de-obra barata – tendo como principal determinante competitiva o preço da força de trabalho. Outros fatores de competitividade derivam de incentivos fiscais e créditos concedidos pelo governo no início das exportações, elevando á produção; aglomeração de empresas, marcadas pela proximidade geográfica tanto das atividades produtoras de calçados, assim como os segmentos auxiliares; aprendizado do setor (*upgrading*), ao ingressar no mercado exterior, entre outros fatores (Costa, 2002).

A década de 1990 é marcada por uma grande mudança no setor, devido á abertura comercial, no governo Collor, que culminou na queda das barreiras tarifárias e não tarifárias. Além da política de estabilização, produzindo a valorização cambial e juros altos, ocasionou o fechamento de muitas empresas calçadistas que se deparou com a crise interna do país e a falta de proteção dos agentes governamentais.

No que se refere ao comércio externo, neste período, o mercado norte-americano passou á absorver a produção de calçados á baixos custos advindos especialmente da China, o que ocasionou uma queda intensa das exportações brasileiras. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Calçados, as exportações despencaram de US\$ 1,8 bilhões em 1993 para US\$ 1,2 bilhão em 1999.

Já o mercado interno, na década de 1990, deparou-se com a entrada maciça de calçados importados. Segundo Costa (2002), excluindo o período de valorização cambial na qual ocorreu um pico de importações de calçados, as compras brasileiras no exterior não são expressivas. Tais calçados importados derivam principalmente de países asiáticos, tais como China, Indonésia, Vietnam, Tailândia, Hong Kong, Itália, Espanha e Estados Unidos – em sua grande maioria as importações basearam-se em sapatos baratos e esportivos (tênis).

TABELA 2: Exportação Brasileira de Calçados por Estado Produtor - 2005

ESTADOS	US\$ (milhões)	%	PARES (milhões)
RIO GRANDE DO SUL	1.307	69	99
SÃO PAULO	237	13	22
CEARÁ	205	11	39
BAHIA	56	3	7
PARAÍBA	36	2	14
MINAS GERAIS	17	1	2

SANTA CATARINA	10	1	2
PARANÁ	8	-	1
PERNAMBUCO	5	-	4
ESPÍRITO SANTO	2	-	1

(-): menor que 0,1.

Fonte: MDIC / SECEX, IN: Abicalçados, 2006.

5-ANÁLISE DA MÃO-DE-OBRA DA ESTRUTURA PRODUTIVA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE BIRIGUI, FRANCA E JAÚ.

A Escolaridade e o Gênero nas Empresas de Pequeno Porte

Nas Classes selecionadas, a massa dos trabalhadores nas empresas de porte pequeno em Birigui são mulheres – cerca de 17,9% da mão de obra do setor. As maiorias das trabalhadoras em empresas de porte pequeno, possuem a 8ª série incompleta (cerca de 27,4% do total de mulheres neste porte de empresa), seguidas das que possuem a 8ª série completa (26,1%) e as que possuem o 2º grau completo (22,6%).

As mulheres também são maiorias, quanto aos trabalhadores que possuem o nível superior, cerca de 64,8% dos trabalhadores com este grau de escolaridade.

Já em Franca, a grande maioria dos trabalhadores, em empresas de pequeno porte é do gênero masculino (66,4%). Do total de trabalhadores do sexo masculino, neste porte de empresas em Franca, 19,4% possuem a 8ª série incompleta seguidos dos que possuem a 8ª série completa (cerca de 19%). Nota-se que há também uma grande participação dos que possuem 2º incompleto e completo.

As mulheres só são maiorias entre aqueles que possuem o nível superior completo, cerca de 52,7% dos que concluíram o ensino superior.

Em Jaú, assim como em Franca, a grande maioria dos trabalhadores nas empresas de pequeno porte são do gênero masculino, isto é, cerca de 62,4% .

A grande maioria dos trabalhadores do gênero masculino, possuem a 8ª série incompleta e completa (19,3% e 20,6% respectivamente). Entre os que possuem nível superior completo, 50% são mulheres e os outros 50% são homens.

Portanto, apenas em Birigui a grande maioria dos trabalhadores em empresas de porte médio é do gênero feminino. Em Birigui, existe um total de 3.804 trabalhadores em empresas de pequeno porte nas classes CNAE selecionadas, em Franca 11.175 e em Jaú, 3.703.

Vale ressaltar, que dentre os que possuem o nível superior completo, a grande maioria são mulheres. Apenas em Franca este número é proporcional.

Através da análise desta tabela, percebe-se que a maioria dos trabalhadores formais, possui escolaridade em torno da 8ª série (incompleta e completa) e o 2º grau (completo ou incompleto).

A Escolaridade e o Gênero da Empresas de Médio Porte

Em Birigui, a maioria dos trabalhadores nas empresas de porte médio são do gênero feminino (cerca de 58,1%). A grande maioria das mulheres possui a 8ª série incompleta e completa (17,6% e 13,8% respectivamente).

A mão-de-obra do gênero masculino, em empresas de médio porte é maioria em Birigui, apenas entre aqueles que possuem o ensino superior incompleto, representando cerca de 53,2% com este grau de escolaridade.

Os analfabetos e os que possuem até a 4ª série do ensino fundamental, representam juntos apenas 4,4% dos trabalhadores totais, em empresas neste porte.

Já em Franca, nas empresas de médio porte, a maioria dos trabalhadores, possuem a 8ª série incompleta (cerca de 32,6% do total de trabalhadores neste porte de empresa). Seguido dos que possuem a 8ª série completa (cerca de 22,8%) e o segundo grau completo (cerca de 18,1% dos trabalhadores).

Dentre os que possuem 8ª série incompleta a maioria - 63,9% são trabalhadores do gênero masculino, bem como os que possuem a 8ª série completa e o 2º grau completo, com 63,4% e 58,5% respectivamente.

Os analfabetos são os que possuem a menor participação 0,11% do total de trabalhadores em relação aos outros graus de escolaridade; seguidos dos que possuem o ensino superior incompleto, com aproximadamente 1,12% dos trabalhadores.

Entretanto em Jaú, a maioria dos trabalhadores possui o 2º grau incompleto, representando cerca de 32,6% dos trabalhadores em empresas de médio porte. Em seguida, aparecem os que possuem a 8ª série incompleta – cerca de 22,6%.

Dentre os que possuem o 2º grau incompleto, 50,7% são do gênero feminino. E dos que possuem a 8ª série incompleta a maioria são gênero masculino, cerca de 54,3%.

Nota-se que em todos os municípios analisados, a menor participação está entre os que não possuem nenhum grau de escolaridade (analfabetos), seguido dos que possuem até a quarta série e os que possuem nível superior.

Em todos os casos, a grande maioria dos trabalhadores possui a 8ª série incompleta e completa ou o 2º grau completo, nas empresas de médio porte.

Apenas em Birigui, a maioria da mão de obra é do gênero feminino, com 58,1% do total de trabalhadores, possuindo também o melhor grau de instrução (entre a 8ª série

até o ensino superior). Em Jaú a maioria dos trabalhadores é do gênero masculino, 50,7% dos trabalhadores. A maior desigualdade em relação gênero está em Franca, onde 63,7% dos trabalhadores são do gênero masculino, frente á 36,2% de mulheres.

A Escolaridade e o Gênero nas Empresas de Grande Porte

Nas empresas de grande porte, em Birigui, a maior parcela de trabalhadores possui o 2º grau completo, cerca de 32,8% do total, nas classes selecionadas. Posteriormente aparecem os que possuem a 8ª série completa 17,3% do total.

As mulheres são maiorias entre aquelas que possuem a 8ª série completa e o 2º grau completo, representando 50,5% e 55% respectivamente do total de trabalhadores para os graus de instrução mencionados. No que tange o nível superior completo, 59,8% são do gênero masculino.

No total de trabalhadores nas empresas de grande porte, 52,5% são do gênero masculino e 47,5% mulheres.

Em Franca, nas empresas de grande porte, a maioria dos trabalhadores possui o 2º grau completo, 29,4% do total. Sendo que a maior parte é do gênero masculino, 53,5%. Em seguida aparecem os que possuem o 2º grau incompleto, 19,3%, sendo desta porcentagem, 56,7% do gênero masculino.

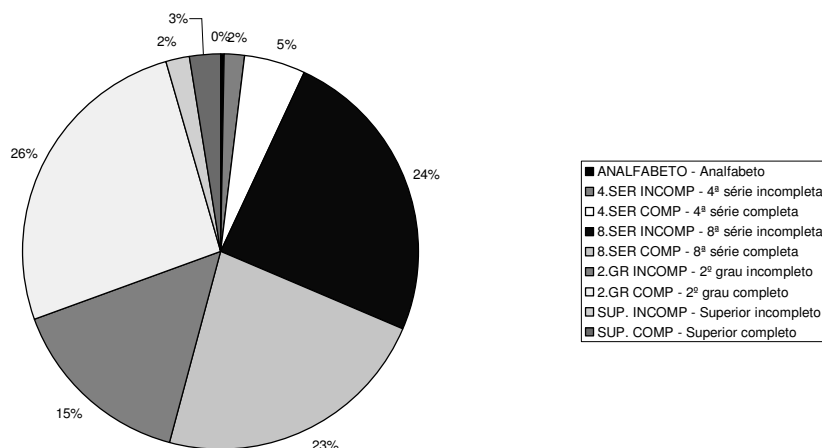
O gênero feminino só é maior entre os indivíduos que possuem o grau superior incompleto, cerca de 50,7%, mesmo assim, num número bem equilibrado com os demais.

No caso de Birigui, o número de empregos formais em empresas de grande porte é próximo ao total de empregados formais de Franca em empresas de grande porte. Entretanto, em Birigui este número é superior, 3.472 trabalhadores e em Franca 3.448. Já em Jaú não existem empresas de grande porte.

Segue abaixo, o Gráfico 1, com a síntese do grau de instrução em Birigui, de acordo com as Classes CNAE selecionadas e para todos os portes de empresas.

Gráfico 1: Síntese do Grau de Instrução em Birigui

Birigui - Grau de Instrução

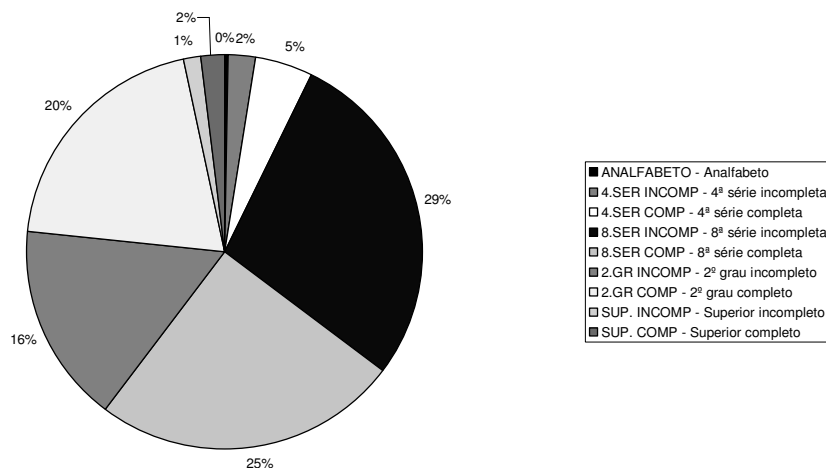


FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003

O Gráfico 1 aponta que a maioria dos trabalhadores, seja nas empresas de grande, médio ou pequeno porte, possui em sua maioria o segundo grau completo, cerca de 26 % dos trabalhadores, seguido dos que possuem a 8º série incompleta e completa, com 24% e 23% respectivamente.

Gráfico 2: Síntese do Grau de Instrução em Franca

Franca - Grau de Instrução

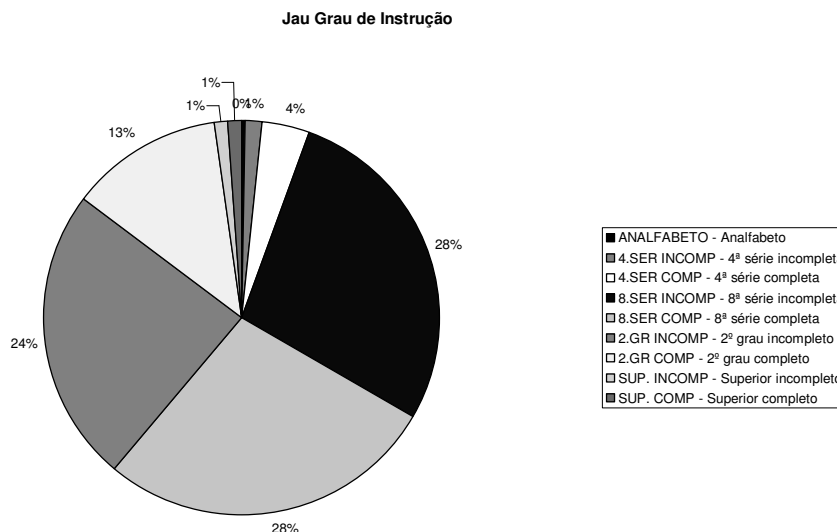


FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003

Em Franca, em todos os portes de empresas selecionados (média, pequena e grande), a maioria dos trabalhadores, possui a 8º série incompleta, cerca de 29%,

seguidos dos que possuem a 8ª série completa e o 2º grau completo, 25% e 20% respectivamente. Os que possuem o nível superior completo e incompleto, bem como os que são analfabetos, não ultrapassam 3% do total da mão de obra. Já os que possuem a quarta série do ensino fundamental, representam 5% da mão de obra.

Gráfico 3: Síntese do Grau de Instrução em Jaú



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

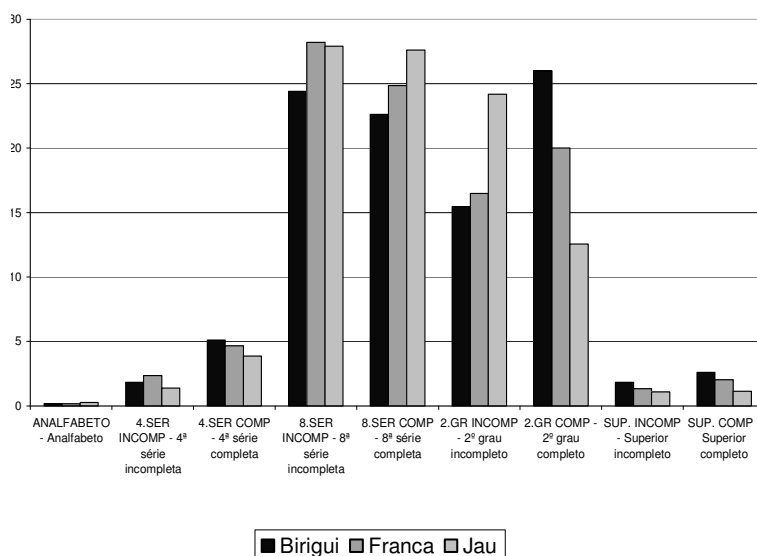
Em Jaú, a maioria dos trabalhadores possui a 8ª série incompleta e completa, com cerca de 28% para ambos os casos. Posteriormente aparecem os que possuem o 2º grau incompleto, com cerca de 24% dos indivíduos.

Comparando com os outros municípios selecionados, Jaú apresenta o menor índice de pessoas que possuem apenas grau de instrução até a quarta série do ensino fundamental ou nenhuma instrução.

Cabe ainda ressaltar a participação dos que possuem o segundo grau completo, cerca de 13% do total de trabalhadores.

No Gráfico abaixo, segue a síntese dos municípios selecionados, no que se refere ao Grau de Instrução.

Gráfico 4: Comparativo do Grau de Instrução entre os Municípios de Birigui, Franca e Jaú.



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

Nota-se que, a maioria dos trabalhadores, nos municípios de Birigui, Franca e Jaú, dentro das Classes CNAE selecionadas, possuem o grau de escolaridade na faixa que vai da 8ª série incompleta ao 2º grau completo.

O município com maior grau de escolaridade é Birigui, 1,8% do total do município possuem o ensino superior incompleto e 2,6% possuem o ensino superior completo, diante de 1,3% e 2% em Franca para o ensino superior incompleto e completo respectivamente; e 1% no ensino superior incompleto e 1,1% com ensino superior completo em Jaú.

Birigui também apresenta o melhor grau de instrução quando se refere ao 2º grau completo, 26% do total dos trabalhadores, nas classes selecionadas. Diante de 20% em Franca e 12% em Jaú.

Portanto, a mão-de-obra é mais bem qualificada no que tange o ensino formal, no município de Birigui, seguido de Franca e posteriormente o município de Jaú. Isso também implica saber que em Birigui, exige-se uma mão-de-obra mais bem qualificada, para a produção de calçados e artigos derivados, de acordo com as Classes CNAE selecionada.

A grande massa de mão-de-obra, do setor de calçados nestes municípios, no que se refere aos empregos formais, se encontra entre aqueles indivíduos que possuem a 8ª série incompleta e completa, seguidos dos que possuem o 2º grau completo; juntos representam aproximadamente 72% da mão de obra. Exceto em Jaú,

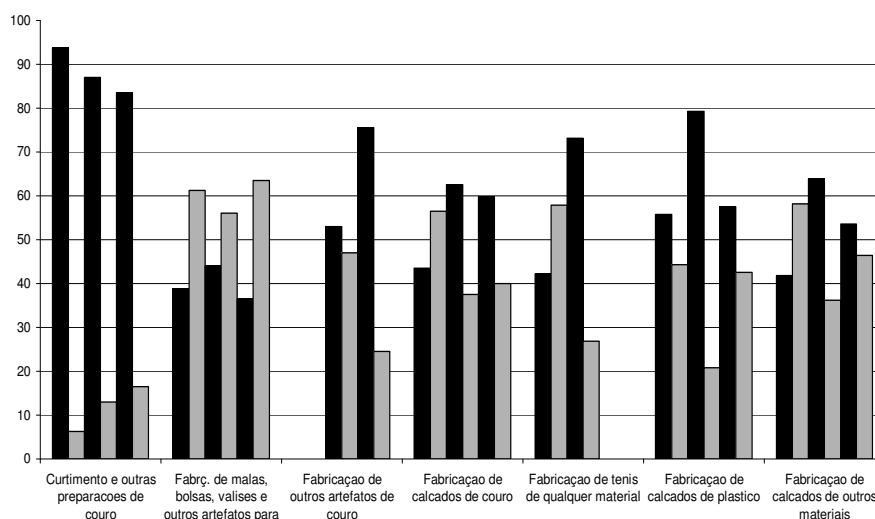
no qual o número de indivíduos com o 2º grau incompleto é bastante expressivo, 24% possuem este grau de instrução.

Em todos os casos o número de pessoas que não possuem nenhuma instrução não ultrapassa 0,2% dos trabalhadores. Entretanto os que possuem a 4ª série completa ou incompleta do ensino fundamental são mais expressivos do que os que possuem o ensino superior. Neste grau de instrução (4ª série incompleta e completa) temos respectivamente em Birigui, 1,8% e 5%; em Franca, 2,3% e 5%; em Jaú, 1,3% e 3,8%.

Portanto, pode-se afirmar que em Franca, se encontram os índices mais elevados de contratação de mão-de-obra com pouca qualificação formal.

Segue abaixo, o comparativo entre a categoria gênero, nas Classes CNAE selecionadas.

Gráfico 5: Comparativo do Gênero, nas Classes CNAE Selecionadas.



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

A Classe CNAE que mais possui divergências no que tange a questão do gênero é a *Classe de Curtimento e Outras Preparações de Couro*, em todos os municípios selecionados, mais de 83% utiliza mão-de-obra masculina. A maior variação é no município de Birigui, no qual 93,7% são homens e 6,3% mulheres; em Franca são 87% homens e 13% mulheres e em Jaú, 83,5% homens e 16,5% mulheres.

Já na Classe de *Fabricação de Malas, Bolsas, Valises e outros artefatos para*, predomina a mão-de-obra feminina, em todos os município, são 61,2% de mulheres em Birigui, 56% em Franca e 63,5% em Jaú. A participação masculina, não ultrapassa 44% dos trabalhadores.

A Classe de *Fabricação de outros Artefatos de Couro*, só aparece nos municípios de Franca e Jaú, em ambas predomina o trabalho masculino, em Franca são 53% dos trabalhadores, nesta classe. Entretanto é em Jaú que se dá a maior amplitude na questão do gênero, são cerca de 75,5% de trabalhadores masculinos.

Quanto á *Fabricação de Calçados de Couro*, apenas Birigui emprega formalmente um número superior de trabalhadores do gênero feminino, as mulheres são cerca de 56,5% dos trabalhadores nesta classe. Já em Franca e Jaú, a maioria dos trabalhadores, nesta classe são homens, sendo respectivamente 62,5% e 60%.

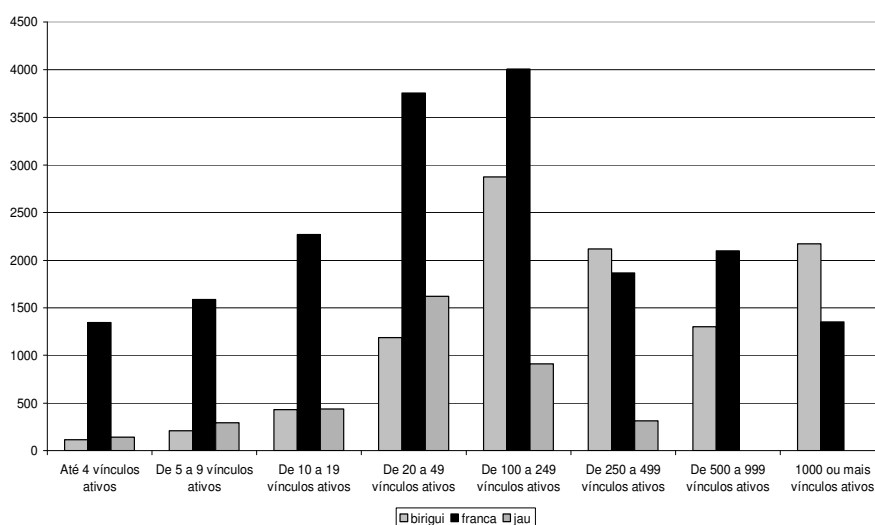
Na *Fabricação de tênis de qualquer material*, aparecem apenas os município de Birigui e Franca. Entretanto os dois municípios possuem características bem diferentes quanto á utilização da mão-de-obra por gênero, nos empregos formais. Em Birigui, 57,9% dos trabalhadores nesta classe são do gênero feminino, em Franca, as mulheres são apenas 26,9% , contra 73,1% de homens, nesta classe.

A Classe de *Fabricação de Calçados de Plástico predomina* a mão-de-obra masculina, nos três municípios, a maior variação está no município de Franca, no qual 79,2% são homens. A maior participação feminina está em Birigui, com 44,3% dos trabalhadores.

Já na *Fabricação de Calçados de outros Materiais*, apenas em Birigui a mão-de-obra feminina supera a masculina, em número de trabalhadores formais, do total 58,2% são mulheres. Já em Franca, 63,8% são homens e em Jaú, são 53,6% da mão-de-obra nesta classe.

O Gráfico abaixo demonstra o número de vínculos por porte de estabelecimentos, em Birigui, Franca e Jaú.

Gráfico 6: Número de Vínculos por Porte de Estabelecimento.



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

Em Birigui, os empregos formais se encontram nas médias empresas e grandes empresas. Nas empresas de médio porte de 100 á 299 vínculos possuem 2.874 trabalhadores; já nas empresas de grande porte com mais de 1.000 vínculos, Birigui possui 2.170 trabalhadores.

Já em Franca, a maioria dos trabalhadores se encontra nas empresas de médio porte (de 100 á 499 vínculos). Destaca-se também a participação das pequenas empresas (1 á 99 vínculos), em relação aos outros municípios.

Em Jaú, não existem grandes empresas, sendo a maioria das empresas de médio seguida das de pequeno porte.

A Escolaridade e a Remuneração.

Em Birigui, a maioria dos trabalhadores recebe entre 1,01 a 1,50 salários mínimos, são em torno de 38,37% de trabalhadores, dentro desta faixa salarial, sendo que a maioria dos trabalhadores que recebem esta remuneração possui entre a 8° série incompleta ao 2° grau completo.

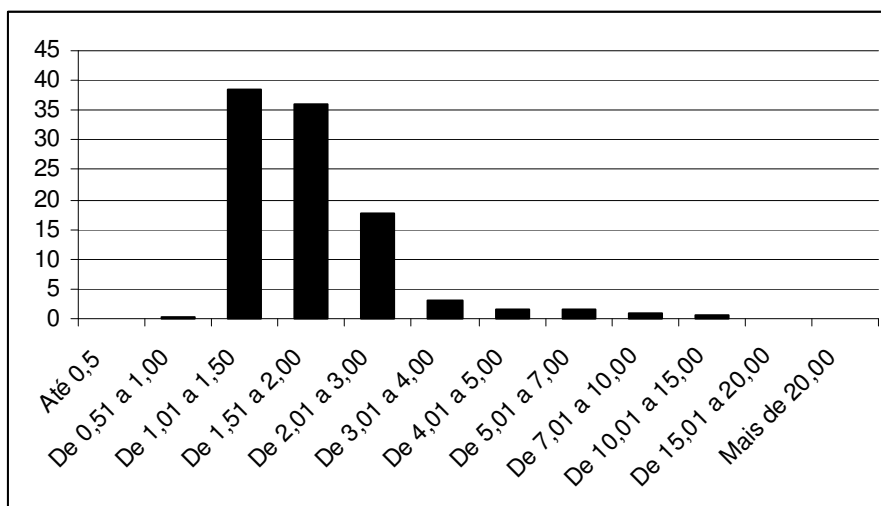
Posteriormente estão os que recebem entre 2,01 á 3 salários mínimos, são cerca de 17,65% de trabalhadores, dentro desta faixa salarial, nos quais a maioria possui escolaridade entre a 8° série incompleta ao 2° grau completo.

As maiores remunerações que vão de 15,01 á 20 salários mínimos representam apenas 0,1% dos trabalhadores, sendo que existe apenas 1 vínculos nesta faixa salarial que possui a 8° série incompleta, 3 vínculos com a 8° série completa, 3 com o 2° grau completo, 1 com superior incompleto e 4 vínculos com superior completo.

Já entre os que recebem mais de 20 salários mínimos, todos possuem o ensino superior completo, sendo 3 vínculos formais.

Portanto em Birigui, a maioria dos trabalhadores possui escolaridade entre a 8° série incompleta e o 2° grau completo, sendo que a remuneração varia de 1 salário mínimo á 5 salários. Segue abaixo a tabela com a porcentagem das remunerações em Birigui.

GRÁFICO 7: Remunerações em Birigui (%).



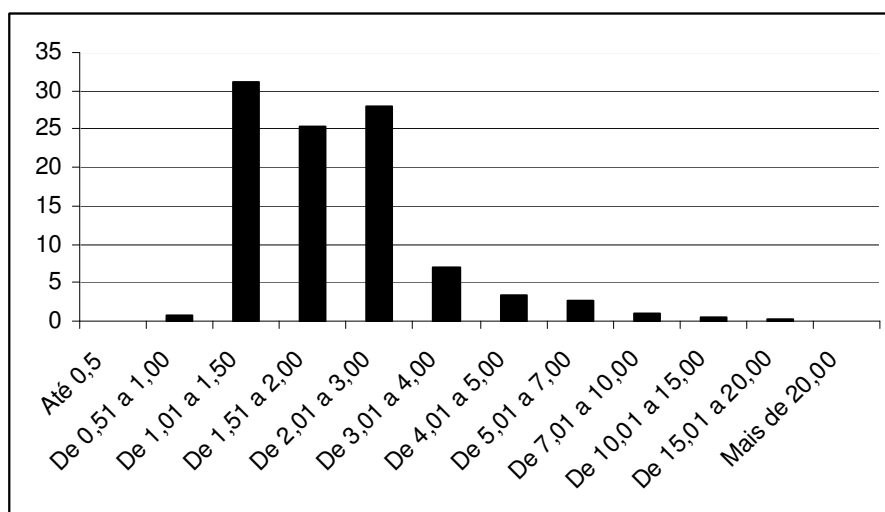
FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

Em Franca, as remunerações também estão em sua maioria entre 1 a 5 salários mínimos. Assim como em Birigui, os que recebem entre 1 a 1,50 salários mínimos é maioria, cerca de 31,02%, dos quais grande parte possui a 8ª série completa e incompleta, bem como o 2º grau incompleto.

Em seguida aparecem os que recebem de 2,01 a 3 salários mínimos. Dos quais igualmente a faixa salarial anterior, a maioria possui escolaridade entre a 8ª série incompleta ao 2º grau completo.

Dos melhores remunerados, consta apenas 1 vínculo com 8ª série incompleta e 16 com superior completo.

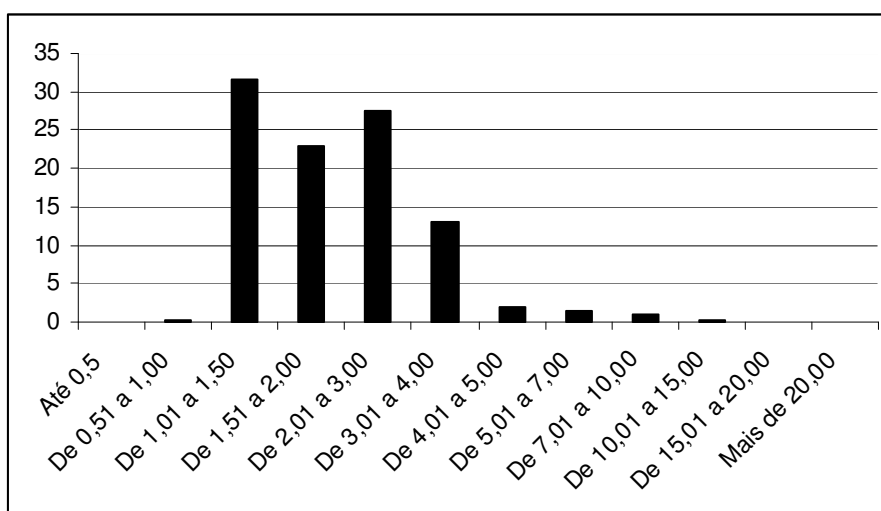
GRÁFICO 8: Remunerações em Franca (%).



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

Em Jaú, a tendência vista nos municípios acima, se repete. A maioria dos trabalhadores recebe de 1 à 1,50 salários mínimos, são cerca de 31,51% de trabalhadores, nesta faixa salarial, sendo que a maioria possui grau de instrução entre a 8° série incompleta ao 2° grau incompleto. As maiores remunerações, ao contrário de Franca e Birigui, são entre 10,01 à 15 salários mínimos (menor que nos outros municípios que chegam à 20 salários ou mais). Dentre os melhor remunerados, estão aqueles que possuem o ensino superior completo.

GRÁFICO 9: Remunerações em Jaú (%).



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da RAIS, 2003.

Portanto, nota-se que não existe grande variação salarial entre os três municípios (Birigui, Franca e Jaú). A maioria das remunerações varia entre 1 à 3 salários mínimos, podendo chegar também à 5 salários.

Nestas faixas salariais, a grande maioria dos trabalhadores possui o ensino médio, variando da 8° série incompleta ao ensino médio completo.

Outra característica notada está entre os que possuem o ensino superior completo. Existe uma grande amplitude de salários para este grau de instrução, podendo variar de 1 à 20 salários mínimos. Entretanto a maioria se encontra na faixa salarial de 2 à 15 salários.

Considerações Finais

Através da revisão bibliográfica, verifica-se que a indústria de calçados em âmbito internacional, passa desde as décadas 1960 e 1970 por uma grande fase de reestruturação que insere neste setor uma nova reorganização na produção, no trabalho e também na sua organização espacial. É neste sentido que emerge a importância do lugar, como fator de promoção de vantagens competitivas para o setor, numa era de globalização do modo de produção capitalista.

Nesta reorganização espacial, ocorrida no espaço industrial, os lugares que oferecem vantagens competitivas, como mãos-de-obra abundantes e baratas, foram inseridos na nova competição global, no qual países em desenvolvimento como o Brasil, a Índia e a China, se inseriram na produção de calçados, bem como se tornaram líderes na competição global.

A indústria calçadista ainda guarda certas características, como a forte tendência à aglomeração de empresas e por ser altamente localizada. Assim, surge na atividade industrial, uma nova configuração de empresas denominadas arranjos produtivos locais, para caracterizar as aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresenta vínculos e interdependência. Por meio desses vínculos, origina-se um processo de aprendizagem que possibilita a introdução de inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade para as empresas integradas ao arranjo. A formação de APL encontra-se associada a trajetórias históricas de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.

Constatou-se que os municípios de Birigui, Franca e Jaú, são arranjos produtivos formados através de longos processos históricos e sua grande vantagem competitiva está nas relações de trabalho dentro do Arranjo Produtivo Local.

Tais municípios possuem uma mão-de-obra especializada, no setor de calçados e insumos. Seja através do conhecimento tácito, seja pelo fezonismo, ou pelo ensino profissionalizante (técnico) e formal.

As formas de conhecimento nestes arranjos são variadas e fogem do ensino formal das escolas. São conhecimentos adquiridos muitas vezes adquiridos no chão-de-fábrica, podendo ser a partir de fontes internas à empresa, incluindo: aprendizado com experiência própria, no processo de produção (learning-by-doing), comercialização e uso (learning-by-using); na busca de novas soluções em suas unidades de pesquisa e desenvolvimento (learning-by-searching) ou instâncias;

Ou ainda de acordo com Lastres e Cassiolato (2004), formas de aprendizado a partir de fontes externas, incluindo processo de compra, cooperação e interação com: fornecedores (de matérias-primas, componentes e equipamentos), concorrentes, licenciadores, licenciados, clientes, usuários, consultores, sócios, prestadores de serviços, organismos de apoio, entre outros (learning-by-interacting and cooperating); e aprendizado por imitação, gerado da reprodução de inovações introduzidas por outras organizações, a partir de: engenharia reversa, contratação de pessoal especializado, etc.

Entretanto a partir da análise do ensino formal, constatou-se que a maioria da mão-de-obra formal (com vínculo em carteira de trabalho), das classes CNAE selecionadas, possuem entre a 8ª série incompleta ao 2º grau completo. Nos quais as remunerações raramente ultrapassam a faixa de 4 salários mínimos.

Portanto, nota-se que a tendência internacional em deslocar a produção para locais que apresentam vantagens competitivas, especialmente no que tange a quantidade de mão-de-obra e a remuneração barata, inclui os municípios selecionados para este trabalho. Mesmo que a mão-de-obra dos municípios de Birigui, Franca e Jaú, ultrapassem a média de estudo no Estado de São Paulo que gira em média de 6,8 anos de estudos entre a população adulta (com 25 anos ou mais), segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2000).

Outra questão levantada pelo trabalho é a questão do gênero nestes arranjos produtivos. Constatou-se que no município de Birigui, para as classes CNAE selecionadas, as mulheres possuem efetiva participação no mercado de trabalho. Sendo maioria em muitas classes selecionadas, como na fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos; fabricação de calçados de couro; fabricação de tênis de qualquer material e fabricação de calçados de outros materiais.

A maior amplitude na questão do gênero se encontra no município de Franca no qual predomina a mão-de-obra masculina, apenas na classe de fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos tem-se a supressão pelo trabalho feminino. Em Jaú, a maioria dos trabalhadores também pertence ao gênero masculino exceto na classe de fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos, assim como verificado em Franca.

Portanto, de um modo geral, quanto à escolaridade e a remuneração, os municípios selecionados possuem basicamente os mesmos índices. Entretanto, em relação ao gênero, o perfil dos trabalhadores em Birigui é em maioria feminina e em Franca e Jaú, predominantemente masculinos.

Todavia, em Birigui, a mão-de-obra feminina, se concentra em maioria nas empresas de pequeno e médio porte. Já nos outros municípios os homens são majorias em todos os portes de empresas.

Quanto ao porte de empresas, Franca concentra o maior número de pequenas empresas, empregando 11.175 trabalhadores no total, diante de 3.804 em Birigui e 36.703 em Jaú.

Já em relação às empresas de médio porte geram 5.874 empregos formais em Franca; 4.991 em Birigui e 1.226 em Jaú. Quanto às de grande porte são 3.472 vínculos em Birigui e 3.448 em Franca, sendo que Jaú não apresenta empresas de grande porte. Desta forma, em Birigui, as empresas de médio porte são as que mais empregam em Franca e Jaú as de pequeno porte.

Assim, através da utilização da base de dados RAIS/TEM, pode-se conferir um panorama acerca da composição do emprego nos três grandes maiores produtores de calçados do Estado de São Paulo. Os quais possuem semelhanças em muitos aspectos quanto ao perfil da mão-obra, entretanto, apresenta antagonismo em relação aos trabalhadores, devido principalmente às especificidades locais que conferem a cada Arranjo Produtivo Local, uma fisionomia própria e necessária á competitividade mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICALÇADOS – Associação Brasileira da Indústria de Calçados; *resenha estatística ano 2004*.
- BENKO, Georges. “O local e o global: especificidade regional ou interregionalismo”. In *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- . “Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI”, Hucitec, São Paulo, 2002.
- BENKO Georges & PECQUEUR Bernard. “Os recursos de territórios e os territórios de recursos”. *Geosul*, Florianópolis, v.16, n.32, jul./dez, 2001.
- BENKO, G; LIPIETZ, A. (org.). *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Ed. Celta, Oeiras, 1994.
- BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento. Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO. Rio de Janeiro, 2004.
- CASSIOLATO, J.E; SZAPIRO, M; LASTRES, H.M.M. Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivos locais de micro e pequenas empresas. *Relatório de Atividades do Referencial Conceitual, Metodológico, Analítico e Propositivo*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – IE/UFRJ. Rio de Janeiro, Agosto de 2004.
- COSTA, A.B. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio/Cadeia: Couro-Calçados*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, Dezembro de 2002.
- COLLETIS Gabriel & PECQUEUR Bernard), “Integration des espaces et quase integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives?”, In *Revue d’Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, pp. 489-506, 1993.
- GILLY J.P ; PECQUEUR B. “Régulation des territoires et dynamiques institutionnelles de proximité: le cas de Toulouse et des Baronnie”, In *Dynamiques de Proximité*, Gilly & Torre (orgs), Paris, L’Harmattan, (2000).
- LASTRES, H.M.M. Indicadores do Conhecimento:pautando novas políticas de desenvolvimento. *Relatório de Atividades do Referencial Conceitual, Metodológico, Analítico e Propositivo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. (coordenação).*Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – IE – UFRJ. Quarta Revisão, novembro, 2004.
- NERY, M.G. e S. *O Pólo Calçadista de Itapetinga (BA): um estudo das relações produtivas e dos aspectos políticos do espaço industrial*. 2003. 233f. Tese (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- REIS, C.N. *A indústria brasileira de calçados: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80*. 1994.266f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.
- PORTER, M. E. *Clusters and the New Economics of Competition*. Harvard Business Review, nov - dec. (1998).
- . (org.). *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais*. Rio de Janeiro : Elsevier, 1999.

SCOTT, A. J. *Les régions et l'économie mondiale*, Paris, L'Harmattan. (2001).

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Média e Pequena Empresa. *A Mobilização dos Territórios para o Desenvolvimento*. Versão para discussão Interna. Brasília. (2003)

STORPER, M. Territorialização numa Economia Global. Possibilidades de Desenvolvimento Tecnológico, Comercial e Regional em Economias Subdesenvolvidas. *In: Integração Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. Guilford Press, New York. (1997).

Sítios Consultados na Internet (Vários acessos)

www.abicalcados.com.br

www.bndes.gov.br

www.finep.gov.br

www.sebrae.gov.br